

“TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS”: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DE JOVENS ASSASSINADOS NA PERIFERIA DE FORTALEZA-CEARÁ

Antonio Soares da Silva Júnior¹
Cícera Fernanda Sousa do Nascimento²
Lucas Matheus Silva Teixeira³
Suellen Fernandes dos Santos⁴

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar como a representação linguístico-discursiva de jovens assassinados na periferia de Fortaleza – Ceará- é construída a partir das suas histórias de vida e do discurso institucional contra-hegemônico. Para isso, utilizamos quatro histórias de vida de jovens que foram assassinados no município de Fortaleza, retiradas de um estudo sobre os homicídios na adolescência e disponibilizadas na publicação do livreto “Trajetórias Interrompidas” produzido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. O arcabouço teórico deste artigo consiste na Análise de Discurso Crítica e na Teoria de Representação dos Atores Sociais, conforme elaborado por Fairclough (2001; 2003) e por Théo van Leeuwen (1997, 2008), respectivamente. Do primeiro arcabouço teórico, lançamos mão do conceito de hegemonia articulado ao significado acional do discurso a partir da categoria da intertextualidade de Fairclough (2001, 2003) do segundo arcabouço, do inventário sócio-semântico, conforme realizado pela categoria de Inclusão. A análise indica que o livreto *Trajetórias Interrompidas* contribui para a construção linguístico-discursiva da representação dos jovens assassinados na região de Fortaleza como sujeitos que tiveram trajetórias marcadas pelo trabalho, pela boa convivência com a comunidade, que possuíam individualmente boas qualidades e bom comportamento; e que, além disso, tiveram suas vidas marcadas pela violência/ abordagem truculenta da polícia e pela falta de assistência, representando-os como sujeitos submissos/passivos ao Estado.

Palavras-chave: Jovens assassinados; Representação de Atores Sociais; Análise do Discurso Crítica.

ABSTRACT: The objective of this paper is to investigate how the linguistic-discursive representation of murdered young people in the outskirts of Fortaleza - Ceará is constructed from their life histories and the counter-hegemonic institutional discourse. For this, we used four life stories of young people who were murdered in the city of Fortaleza, taken from a study on teenage homicides and made available in the publication of the booklet "Trajetórias Interrompidas" produced by the Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. The theoretical framework of this paper consists of the Critical Discourse Analysis and the Theory of Representation of Social Actors, as elaborated by Fairclough (2001; 2003) and Théo van Leeuwen (1997, 2008), respectively. From the first theoretical framework, we use the concept of hegemony articulated with the Actional meaning of discourse from the Fairclough's (2001, 2003) intertextuality category of the second framework, the socio-semantic inventory, as realized by the Inclusion category. The analysis indicates that the *Trajetórias Interrompidas* booklet contributes to the linguistic-discursive construction of the representation of young people murdered in the Fortaleza region as subjects who had trajectories marked by their work, their good coexistence with the community, who individually had good qualities and good behavior; and that, moreover, their lives were marked by the truculent police violence / approach and lack of assistance, representing them as submissive / passive subjects to the State.

Keywords: Young people murdered; Representation of Social Actors; Critical Discourse Analysis.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas (PPG-LA/UNICAMP); Bolsista CAPES. E-mail: silva_jnior@yahoo.com

² Mestranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: fernandapt2012@gmail.com

³ Mestrando em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Aplicada da Universidade Estadual do Ceará e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: lucas@lucasteixeira.com.br

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE). E-mail: suellen.sfs9@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência vem sendo um fator preponderante para a estagnação do desenvolvimento econômico e social não somente no Brasil, mas também no mundo. Isso porque a violência cresceu ano após ano, tornando-se um problema frequente que afeta a população em diversas situações. O Atlas da Violência (2018) produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostra que, em 2016, ocorreram 62.517 homicídios segundo informações do Ministério da Saúde, sendo 3.642 só no Ceará. São cerca de 30,3% de mortes para cada 100 mil habitantes no país. E ainda, se limitarmos a análise somente da violência letal, os dados mostram que 56,5% das mortes entre jovens de 15 a 19 anos foram ocasionadas por homicídios no ano de 2017.

As taxas de homicídios que o Atlas reporta apontam também que a desigualdade das mortes violentas por cor vem crescendo nos últimos dez anos. Isso, em números, é salientado ao revelar que a taxa de vitimização da população negra cresceu 23,1% contra 6,8% do restante. No geral, a violência apresentada pelos dados expostos anteriormente é tão agressiva que acaba atingindo a parte da população menos favorecida economicamente, pessoas que nunca tiveram efetivamente garantia de direitos. O Atlas aponta que esse público mais vulnerável são jovens que acabam sendo executados durante intervenções policiais, jovens negros e mulheres através do feminicídio.

Um dos resultados dessa alta taxa de violência em torno dos jovens são os programas policiais que tendem a ser extremamente violentos em transmissões ao vivo na televisão aberta. Segundo o Observatório do Direito à Comunicação (2011), há programas policiais no Ceará violando os direitos humanos diariamente com até sete horas de transmissão. Desse modo, discursos são cristalizados e naturalizados dentro do lar do cidadão brasileiro, consolidando uma visão deturpada de que órgãos destinados à proteção dos jovens, como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), concedem muitos direitos e prejudicam o trabalho da polícia. Essa visão gera um sentimento de injustiça na população.

Diante da problemática que relatamos acima, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídio na Adolescência junto a outros órgãos como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado do Ceará organizaram o livreto *Trajetórias Interrompidas* publicado em dezembro de 2016, apresentando o resumo da pesquisa realizada e quatro histórias de adolescentes que foram assassinados em 2015. Na pesquisa, foram utilizadas metodologias como grupos focais e entrevistas com os familiares e pessoas próximas dos adolescentes assassinados, com isso o comitê tenta reconstruir a trajetória de vida e apagar a invisibilidade dos números e das siglas que desumanizam esses jovens.

Nesse contexto, desejamos investigar como a representação linguístico-discursiva de jovens assassinados na periferia de Fortaleza – Ceará é construída a partir das suas histórias de vida e do discurso institucional contra-hegemônico. Para atingir nosso objetivo, buscamos suporte nos pressupostos teóricos da ADC, mais especificamente, com os princípios da abordagem dialético-relacional de Norman

Fairclough (2001; 2003), a partir dos conceitos de Intertextualidade; e com os preceitos da Teoria de Representação dos Atores Sociais de van Leeuwen (2008), a partir da categoria de Inclusão. Para o *corpus* desta análise, foram selecionadas quatro histórias de vida do livreto publicado pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídio na Adolescência.

Para este artigo, dividimos a discussão sobre nossa análise e as metodologias em cinco seções. Inicialmente discorreremos a respeito da abordagem dialético-relacional e da Teoria de Representação dos Atores Sociais. Em seguida, apresentamos o *corpus* desta pesquisa e os respectivos procedimentos metodológicos da análise. Posteriormente, analisamos, do ponto de vista linguístico-discursivo, como a representação de jovens assassinados na periferia de Fortaleza – Ceará é construída a partir das suas histórias de vida e do discurso institucional contra-hegemônico. Por fim, apresentamos as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho se fundamenta na articulação entre duas abordagens da ADC, a Dialético-Relacional, desenvolvida por Norman Fairclough, e a Teoria da Representação dos Atores Sociais, elaborada por Théo van Leeuwen. A partir dessa articulação teórica, investigamos como são construídas as representações linguístico-discursivas de jovens assassinados moradores da periferia por meio de uma análise que envolva aspectos do social de modo que se perceba criticamente como essa representação contra-hegemônica pode revelar a disputa de poderes em relação a grupos em situação de vulnerabilidade, como os jovens moradores da periferia.

2.1 A Análise de Discurso Crítica dialético-relacional

De acordo com Fairclough (2001), desvelar as relações assimétricas de poder ocultas em textos que integram práticas sociais pode contribuir para a mudança social em favor de grupos que estejam em situações de desvantagem. A priori, vale ressaltar que essa vertente da ADC orienta-se linguisticamente pelo paradigma funcionalista, através dos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday, considerando, portanto, a linguagem como um sistema aberto a mudanças orientadas pelo seu meio social (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH,1999). Para adequar aos modelos de investigação da ADC, Fairclough propõe uma recontextualização das macrofunções da LSF e, baseando-se nessa recontextualização, Fairclough propõe expandir o diálogo entre a LSF e a ADC através da associação entre as macrofunções e os conceitos de gênero, discurso e estilo, o que resulta na operacionalização final para a ADC dos três significados que atuam simultaneamente em todo enunciado: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional.

A operacionalização proposta por Fairclough considera que o discurso atua como modos de agir, de representar e de ser tanto na relação entre textos e eventos, como enquanto componente de práticas sociais. Cada um dos três significados mantém relação com esses modos de interação, relacionando, então, ação e gêneros discursivos, representação e discursos, identificação e estilos. Com isso, Fairclough integra os conceitos fundamentais da ADC às macrofunções de Halliday, interligando o texto a outros componentes da esfera social.

Acerca dos significados propostos por Fairclough, destacamos, devido à relevância em relação ao nosso objetivo e à recorrência nos trechos encontrados no *corpus*, a categoria da intertextualidade que está relacionada a maneiras de agir discursivamente nas práticas sociais. Ao se interessar não apenas pela relação entre textos, mas também entre discursos, práticas, ideologias e diferentes elementos que sirvam para desvelar as relações assimétricas de poder, a intertextualidade se torna uma categoria fundamental nos estudos de ADC.

Para Fairclough (2003), a intertextualidade de um texto corresponde “a presença de elementos de outros textos nele (e então, potencialmente, de outras vozes além da voz do autor)”. Assim, a intertextualidade destaca o caráter heterogêneo dos textos que pode ocorrer de modo explícito ou não. Acerca dessa heterogeneidade, Fairclough (2001) substitui o termo corrente “discurso relatado” por “representação do discurso” por achar que essa expressão traduz melhor a ideia de que há uma escolha na representação do discurso ao se relatar algo de uma forma ou de outra. Além disso, vale destacar que o autor defende que essa representação vai além das questões linguísticas e envolve variados aspectos do evento discursivo. Acreditamos, assim como o autor, que representar um discurso acarreta numa seleção e que esta não ocorre sem relação com as assimetrias de poder subjacentes aos textos, por isso, usaremos, em nosso trabalho, o termo faircloughiano para nos referirmos aos discursos que aparecerão em nosso *corpus*.

Na análise da intertextualidade, é relevante examinar quais textos e vozes são incluídos ou excluídos, qual a relação entre as vozes que são articuladas no texto e como isso pode ser significativo em termos de relações de poder na sociedade. Sendo assim, a articulação de vozes não estaria ligada apenas ao aspecto gramatical, mas prioritariamente ao social, uma vez que a presença ou ausência delas marca o posicionamento dos textos em lutas hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001). A relação entre intertextualidade e hegemonia mostra-se relevante na ADC, pois, de acordo com Fairclough (2001):

Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo. (p. 135)

Percebe-se, então, que a intertextualidade não pode por si mesma explicar as limitações e restrições relacionadas a questões de poder, por isso precisa ser combinada ao conceito de Hegemonia.

Para este trabalho, essa relação torna-se profícua, uma vez que a presença de vozes que são articuladas no nosso *corpus* é significativa na constituição de um discurso contra-hegemônico acerca dos jovens assassinados da periferia de Fortaleza.

Baseado no conceito de Gramsci, Fairclough (2001) define a hegemonia como liderança e dominação nos campos econômico, político, cultural e ideológico. Dessa forma, esse poder sempre estará em equilíbrio instável, sendo alcançado apenas de modo parcial e temporário na luta hegemônica. Esse caráter instável da hegemonia se relaciona com a dialética do discurso de Fairclough (2001) e possibilita além da articulação, a desarticulação e a rearticulação dos elementos sociais, essa possibilidade se liga à noção central da abordagem faircloughiana de mudança social.

Como nosso foco nesse trabalho é em um discurso contra-hegemônico, o conceito de hegemonia é central para estabelecermos como através das lutas hegemônicas esse discurso contra-hegemônico pode ser construído e quais as restrições e constrangimentos que ele sofre (FAIRCLOUGH, 2001).

Tendo exposto alguns conceitos que são centrais para nosso trabalho na abordagem dialético-relacional da ADC, passemos, então, para uma breve exposição da Teoria da Representação dos Atores Sociais, proposta por Theo van Leeuwen.

2.2 Teoria da Representação de Atores Sociais

Em sua proposta teórica, van Leeuwen (2008) delinea um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais a representação de atores sociais pode ocorrer e como isso pode ser operacionalizado linguisticamente. A proposta do autor ressalta a relevância da agência nos estudos do discurso e, assim, destaca o caráter sociológico e não apenas linguístico da agência, pois segundo van Leeuwen (2008, p. 169 e 170):

A agência, por exemplo, enquanto conceito sociológico, revela-se da maior importância clássica na análise crítica do discurso: quais os actores sociais e em que contextos estão ele representado como <<agente>> e como <<pacientes >> ? Mas a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística [...] Não há co-referência exacta entre as categorias sociológicas e linguísticas, e se a análise crítica do discurso, ao investigar por exemplo a representação da agência, se restringir demasiado a operações ou categorias linguísticas específicas, muitos exemplos relevantes de agência poderão ser ignorados.

Percebe-se, então, que o autor, ao propor um inventário “sócio-semântico” não relega a ênfase ao fator linguístico devido à falta de biunicidade da língua e, assim, objetiva estabelecer categorias para a análise da representação dos atores sociais no discurso. Desse modo van Leeuwen (2008) associa o significado não como próprio da língua, mas sim da cultura, diferentes culturas possuem seus modos próprios de representar o mundo social, além de formas diversas de representar as semióticas nesta

ordem, por isso, o autor estabelece que suas categorias analíticas sejam vistas como pan-semióticas (VAN LEEUWEN, 2008, p.25).

Na Teoria da Representação dos Atores Sociais proposta por van Leeuwen (2008), entende-se que o processo de incluir ou excluir atores sociais nos textos é motivado segundo interesses relacionados aos leitores que o texto se dirige. As categorias de Inclusão e Exclusão se desdobram em categorias menores, a Inclusão, por exemplo, se subdivide em Ativação e Apassivação; Participação, Circunstanciação e Possessivação; Personalização e Impersonalização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nosso artigo resulta de uma pesquisa de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa), pautada na Análise de Discurso Crítica, com o intuito de investigar como a representação linguístico-discursiva de jovens assassinados na periferia de Fortaleza (CE) é construída a partir das suas histórias de vida e do discurso institucional contra-hegemônico.

A seleção do *corpus* surgiu a partir da análise documental do livreto “Trajetórias Interrompidas”, produzido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência juntamente com a Unicef. A organização retórica desse material é composta por seis capítulos, nas quatro primeiras seções que compõem o *corpus* deste trabalho, há as histórias de vida dos adolescentes assassinados; e, os dois últimos capítulos trazem propostas para a prevenção dos homicídios e os percursos da pesquisa feita pelo Comitê. A partir da composição da publicação, escolhemos apenas as seções que continham as histórias de vida por serem relevantes no modo de representar os jovens assassinados, enquanto os demais capítulos relatam os caminhos da pesquisa, sem mencionar de forma significativa os adolescentes. Ressaltamos que a seleção dessas histórias foi realizada pelos pesquisadores de campo do Comitê, o critério de escolha se deu em torno da narrativa que mais chamasse atenção, seja pelo aspecto da intensidade da violência ou pelo grau de envolvimento do jovem na comunidade social onde estava inserido.

No que diz respeito ao percurso metodológico para a análise dos dados, partimos da organização dos elementos linguísticos e discursivos presentes nas histórias de vida retratadas no material analisado. Utilizamos como categorias principais de análise: a Intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2001) e a Inclusão (VAN LEEUWEN, 2008).

Num primeiro momento, segmentamos os textos do *corpus* que trazem as “histórias de vida” e, em seguida, percebemos as marcas de intertextualidade presentes que são relevantes para evidenciar o discurso contra-hegemônico do material, como as vozes dos pesquisadores, das famílias e demais sujeitos ouvidos para a constituição da história. Em consonância com Fairclough (2001), o processo de seleção de vozes é significativo para a construção do posicionamento dos sujeitos em lutas hegemônicas.

Posteriormente, analisamos, nas orações que fizessem referência linguístico-discursiva aos jovens assassinados, como estes são representados no material publicado pelo Comitê, através do inventário sócio-semântico proposto por Theo van Leeuwen (2008) com a categoria de Inclusão da Teoria da Representação dos Atores Sociais.

4 A REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DE JOVENS ASSASSINADOS NA PERIFERIA DE FORTALEZA-CEARÁ

No *corpus* analisado, tal representação se deu a partir da escolha e da articulação linguístico-discursiva das vozes dos familiares dos jovens assassinados (mães, avós, tias, irmãs, pais, irmãos, primos, padrastos, sogras, tios e vizinhos); de profissionais das áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública e Sistema de Justiça e do produtor do texto (o Comitê e seus pesquisadores).

Assim, a voz do produtor do texto – o Comitê – realiza linguisticamente e constrói discursivamente uma representação dos jovens assassinados a partir dessas vozes que correspondem aos sujeitos que, em tese, possibilitariam ajudar a compreender da melhor forma a trajetória de vida dessas vítimas de homicídios, já que, para isso, era necessário conhecer o contexto de moradia, convivência e interação dos adolescentes com amigos e familiares. Por isso, foi um trabalho de construção de histórias narradas por aqueles com quem os adolescentes possuíam laços de afetividade e por aqueles que institucionalmente cuidavam daquelas famílias.

As quatro histórias de vida são construídas retoricamente a partir de relações intertextuais que ocorrem textualmente através do que Fairclough (2001, p.140) chama de “representação do discurso direto e do indireto”. A forma de representação direta – discurso direto, que é marcado por meio de aspas -, acentua que há um limite entre a voz representada e da voz do produtor do texto (FAIRCLOUGH, 2001).

Dessa forma, há ocorrências diretas e indiretas no *corpus* de duas vozes: a) familiares e b) profissionais de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública e Sistema de Justiça. Estas escolhas indicam que o Comitê, ao inserir declarações diretas e indiretas de sujeitos que foram envolvidos com os adolescentes assassinados, traz credibilidade ao seu texto e pretende dar acesso discursivo àqueles que, na maioria das vezes, são silenciados pelas mídias hegemônicas locais.

Os trechos a seguir, que compõem parte do discurso direto relatado da voz da família dos adolescentes, demonstram as características promissoras dos jovens assassinados na visão dos familiares, o que aponta para uma representação positiva das vítimas de homicídio na adolescência, através das escolhas de sintagmas verbais – *fazer, ter, ser* – que, além de narrar à vida individual desses jovens, indicam suas qualidades, seu comportamento e o papel social que assumiam no contexto em que estavam inseridos.

“Meu irmão morreu de graça, ele *nunca fez* nada para ninguém. É por isso que minha mãe é tão revoltada. Ela não deixa ele descansar. Eu falo pra ela: ‘mãe, eu também gostava muito do meu irmão, mas tem que deixar ele descansar’”. (TI 01)

De acordo com uma prima, com 8 anos “ele *já tinha* salário e trabalhava com tudo que podia para ter as coisas dele e da gente”. (TI 02)

“Tinha certeza que [Toinho] *seria* um grande homem e [ele] se acabou assim, com ódio e pedradas, na comunidade que eu vi nascer e que se transformou nesse cemitério que é para mim hoje.” (TI 03)

Além disso, a voz direta dos familiares ainda denuncia a relação de conflito entre polícia e comunidade, marcada por intimidação, indiferença e, sobretudo, violência contra os jovens. Assim como revela a massiva ausência de resposta do Estado no que diz respeito à proteção e à assistência aos familiares da vítima, investigação policial dos crimes e responsabilização judicial dos envolvidos. O que indica outros traços da representação desses jovens: a submissão e a reatividade aos maus-tratos. Na voz dos familiares, isso é discursivamente realizado através das orações projetadas pelos sintagmas verbais do dizer – *dizer, denunciar* - (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FAIRCLOUGH, 2001), reproduzindo a mensagem sem alterações, apresentadas na escrita por aspas, dois pontos ou travessões. Isto indica que os familiares, neste contexto, são participantes ativos, já que são responsáveis por forças dinâmicas do texto, através da participação ativa de dizer e denunciar algo, e que os jovens assassinados foram sujeitos passivos no que diz respeito à ação policial e o abandono do Estado, como demonstra os trechos a seguir.

“*Batiam e metiam chibata*” diz ele, relatando ainda que as filhas pequenas “saem tudo correndo” ao avistar um carro de polícia. (TI 04)

“*Vocês, foram os primeiros que apareceram após a morte do meu filho*”, denunciando o abandono do Estado diante dessa demanda. (TI 05)

O discurso indireto dos familiares também confirma tal representação positiva desses jovens vítimas de homicídios apresentando suas qualidades e seu papel cidadão na sociedade, além de reafirmar a violência/ abordagem truculenta da polícia, a falta de assistência a esses jovens e a ausência de investigação dos homicídios, representando-os como sujeitos submissos/passivos ao Estado. Isso é realizado discursivamente através de relatos, já que o fraseado pode sofrer linguisticamente mudanças ou adequações feitas pelo produtor do texto, sem alteração na mensagem. Esta forma sintética do dizer de outrem sob o olhar do produtor do texto - os relatos - aparece introduzida por verbos do dizer – *alegar, dizer, afirmar, revelar* -, conjunções ou locuções conjuntivas que responsabilizam as vozes dos familiares pelo dizer – *para, segundo, conforme* - e o conjunções *que* e *se*, como exemplificam os trechos a seguir:

Para a mãe, a infância de Raul foi muito boa. Passeavam juntos, jogava videogame em casa, assistia a desenhos animados e brincava na rua, onde era muito querido. (TI 06)

(...) ela era, segundo os relatos da família, boa aluna, carinhosa com os pais e muito apegada aos irmãos, principalmente ao mais novo, com quem dividia a cama para dormir. (TI 06)

Somente 14,39% dos 146 entrevistados em Fortaleza alegaram que se sentem protegidos pelo policiamento realizado no bairro. (TI 07)

(...) praticamente um quarto das famílias entrevistadas (23,2%) disse não considerar necessário recorrer a algum apoio institucional, 10,2% revelaram não acreditar em apoios institucionais e 7,5% afirmaram não ter informações sobre as instituições a que poderiam recorrer. (TI 08)

Mais da metade dos familiares ouvidos (55,48%) revelou que as vítimas de assassinatos já haviam sido anteriormente alvos de agressão policial, e para 30,82% dos entrevistados a polícia atua mesmo de forma intimidadora. (TI 09)

Segundo Humberto, pai de um adolescente morto, a polícia não podia ver seu filho na esquina. (TI 10)

A segunda voz articulada de forma direta e indireta no gênero é constituída pelos dizeres dos profissionais de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública e Sistema de Justiça. Estas vozes avaliam as demandas por serviços nessas áreas com base nas narrativas apresentadas pelos operadores da política de Estado. Além disso, apresentam/reforçam linguístico-discursivamente a representação desses jovens como sujeitos abandonados e violentados fisicamente e simbolicamente pelo Estado. Assim como na voz dos familiares, no discurso direto, esta representação é realizada linguisticamente, na voz dos profissionais, através da projeção dos verbos do dizer – *revelar, lamentar, observar, afirmar, reconhecer* –; e no discurso indireto, os relatos são introduzidos conjunções ou locuções conjuntivas que responsabilizam estes profissionais pelo dizer – *para, segundo, conforme* - e o conjunções *que e se*

“Os profissionais, quando vêem um menino lá [na Unidade Básica de Saúde], às vezes, querem até enxotar porque acham que está lá para fazer bagunça”, revelou. (TI 11)

“A gente fica abismada com o potencial desses meninos, que está sendo perdido porque eles não têm oportunidade”, lamentou a diretora de uma escola de Fortaleza.

“Não consigo perceber algo de fato atrativo para eles”, observou uma técnica durante a realização do grupo focal. (TI 12)

“Quando o João morreu, ele tinha matado 14 pessoas. Olhando para a história dele, vejo a fragilidade das relações. Aquele menino não era da família, não era da vizinhança, não era da comunidade. Ele não era de ninguém”, [o PM entrevistado] afirma. (TI 13)

(...), a diretora de uma escola de Fortaleza reconheceu que há muitas dificuldades para manter os jovens na escola, algumas delas extrapolam, inclusive, a capacidade de resolução da instituição de ensino. (TI 14)

Segundo um médico de família, que atua há três anos em uma unidade de saúde situada em um bairro da periferia de Fortaleza, há pouco incentivo e despreparo das equipes de saúde com o público adolescente. (TI 15)

Tal articulação não é neutra, pois a seleção das vozes e o modo como elas serão realizadas e organizadas linguisticamente constituem um conjunto de escolhas ideológicas que partem dos produtores

do gênero e que funcionam como uma forma de ação social (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, a ausência e a presença de determinadas vozes no texto, tal como o modo de organização e de estrutura temática, fazem parte do campo de disputa pelo poder travado por forças hegemônicas e contra-hegemônicas que acontece, concomitantemente, nas/pelas dimensões linguístico-discursiva e social.

Além disso, estas escolhas linguístico-discursivas ajudam na legitimação de uma contra-ideologia assumida pelo Comitê e, ao mesmo tempo, de uma representação dos jovens assassinados diferente do senso comum e daquela representação apresentada hegemonicamente no discurso jornalístico-midiático cearense, que veem os jovens assassinados como sujeitos somente marginalizados (como já mencionado na Introdução).

Na mesma direção dos achados de intertextualidade no *corpus*, têm-se a representação dos jovens assassinados como atores sociais. Constatamos a presença representativa de quatro tipos de atores sociais: a) os jovens assassinados; b) os familiares entrevistados pelo Comitê; c) os profissionais de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública e Sistema de Justiça; que consideramos de acordo com o inventário sócio-semântico proposto por van Leeuwen (2008), a partir da categoria *Inclusão* e suas subcategorias de realização léxico-gramatical.

No entanto, neste artigo, a fim de investigar como a representação linguístico-discursiva de jovens assassinados na periferia de Fortaleza – Ceará- é construída a partir das suas histórias de vida e do discurso institucional contra-hegemônico, trataremos apenas da *Inclusão* dos jovens assassinados como atores sociais. Por este motivo, a categoria *Exclusão* não foi considerada nesta análise, pois, segundo van Leeuwen (2008), o mecanismo da *Exclusão* só poderá ser mais bem utilizado na análise numa comparação/contraste crítica de diferentes representações/discursos da mesma prática social que apresentam quais papéis tais atores assumem durante essa prática social dentro desses contextos descritos (SILVA JÚNIOR, p. 15, 2019).

No *corpus*, os jovens assassinados aparecem como atores sociais inclusos por *Distribuição de Papel*, que corresponde ao modo como os jovens assassinados se situam na oração e aos papéis ativos ou passivos que exercem (*Ativação e Passivação*); por *Personalização de modo determinado*, que corresponde aos “traços de humanização, personalidade, características físicas ou status social” dos jovens vítimas de homicídio (LEEUVEN, 2008, p. 48), realizados linguístico-discursivamente por *Genericização*, *Nomeação* e *Assimilação por Agregação*. Os jovens assassinados assumem papéis ativos e/ou passivos de forma individualizada e coletiva. De forma individualizada, estes atores sociais são representados no texto através da *Nomeação por Antropônimo*, ou seja, quando são representados pelo seu próprio nome ou por alguma função que exercem (VAN LEEUVEN, 2008), e da *Genericização* (sintagmas nominais no singular) – características amplas de significação, substantivos comuns (adolescente(s), jovem(ns), menino(s) etc.) . De forma coletiva, são representados também por *Genericização* (sintagmas nominais no plural) ou por *Assimilação por Agregação*, que corresponde à representação por meio de dados estatísticos.

Na maioria das ocorrências, quando individualizados, os jovens assassinados são representados por seus Antropônimos: Raul, Vitória, Antonio, Carlos, Gilson e João, que correspondem aos nomes fictícios utilizados pelo Comitê para narrar às trajetórias de vida a partir das vozes articuladas. Essa forma de representar os atores sociais tem como objetivo principal particularizar e expor sua representação mais privada. No gênero, tal representação assume o papel de popularizar os jovens assassinados, no sentido de aproximá-lo do público a quem se dirige a representação dos jovens de forma positiva e submissa aos maus tratos do Estado.

Além disso, quando representados de forma individual, os jovens assumem papéis temáticos como agentes (por Ativação), por *Genericização* ou *Nomeação*, na voz dos familiares, na maioria das ocorrências nos processos do mundo físico/ dos acontecimentos cotidianos, como: *nascer, estudar, ocupar-se, decidir algo, morar, frequentar, organizar*. Quando tomavam o papel de sujeitos passivos, submetendo-se a algo, os jovens são representados como receptores dos processos verbais “do sentir/sofrer com ou por algo”: *sofrer, morrer, ameaçar, maltratar, desistir, abandonar, bater, fugir*. A seguir alguns exemplos dessas ocorrências:

Raul foi para a escola aos 7 anos, no 1º ano do ensino fundamental I (que corresponde hoje ao 2º ano). (TI 16)

Poucos meses antes de morrer, o adolescente também começou a trabalhar com o padrinho em consertos de ar-refrigerado. (TI 17)

O menino não era de brigar na rua ou em qualquer outra situação, nem bebia. (TI 18)

Dos 6 aos 12 anos, quando morreu, Toinho sempre teve alguma ocupação, trazendo para casa alguns trocados. (TI 19)

Descrito como disciplinado e responsável, o adolescente morava com a sua família em uma rua de difícil acesso, na divisa entre os bairros José Walter e Planalto Ayrton Senna, em Fortaleza.

Criado pela avó desde pequeno, quando foi abandonado pela mãe, Antônio frequentou pouco a escola. (TI 20)

Quando ele tinha 5 anos, os pais se separaram, e Raul sofreu bastante com a situação. (TI 21)

Suas amigas contaram que ele [o namorado da adolescente assassinada] já havia batido em Vitória e, certa vez, teria mordido a sua perna, por ela estar usando um short curto. (TI 22)

O papel ativo/individual nesses processos dinâmicos evidencia que estes atores sociais, os jovens assassinados, são representados como indivíduos agentes de muitas atividades ou acontecimentos; como sujeitos capazes de ocupar diferentes espaços que lhes são negados. Isso aponta também para uma representação positiva desses jovens, como sujeitos ativos com um futuro promissor. Além disso, as ocorrências da representação de forma apassivada, através da *Genericização* e de *Nomeação*, mostram diferentes situações cotidianas nas quais esses jovens sofriam diariamente. Assim, quando aparecem de forma individual e singularizada, os jovens assassinados são representados de forma mais particular e

pessoal. A partir desses dois mecanismos de representação e das vozes que foram articuladas, no nível léxico-gramatical há um traço da representação do jovem de periferia como agente social com qualidades, sonhos, expectativas, que sofreram com o abuso de poder do Estado e com a violência/ o abandono físico e simbólico.

Já quando são representados de forma coletiva, através da *Genericização* (no plural) e da *Agregação*, na maioria das ocorrências, os jovens assassinados fazem parte de um grupo de atores sociais que, discursivamente, assemelham-se no âmbito individual, familiar, institucional e comunitário. Isso é realizado linguisticamente a partir dos processos relacionais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 259) que servem para “caracterizar ou identificar” os participantes, no caso os jovens assassinados. Tais sintagmas verbais são importantes na construção da representação dos atores sociais, pois possibilitam representar seres no mundo em termos das suas características, descrever e identificar as coisas, fenômenos, pessoas e conceitos (SILVA JÚNIOR, 2019). Além dos processos relacionais, os jovens assassinados também são representados em atividades do mundo externo, físico e perceptível através dos processos materiais.

No livreto, no que diz respeito ao papel ativo ou passivo desses atores sociais, os processos que atribuem características comuns aos jovens vítimas de homicídio são *ser, ter, estar, haver*. Já os que exprimem a realidade do mundo externo/cotidiano dos jovens, os processos materiais, são *ter, foi criada, sido agredidos, foram castigados, estavam fora, foram assassinados, eram impedidos, haviam sido ameaçados, foram mortos*. Vale ressaltar que, nestas ocorrências do mundo externo, na maioria das vezes, a agência desses acontecimentos foi omitida, o que indica que não está claro o agente responsável pelas agressões e pelo os assassinatos desses jovens. Vejamos alguns exemplos destas ocorrências:

Os adolescentes assassinados nas cidades cearenses pesquisadas são em sua maioria pretos ou pardos, do sexo masculino, têm em média 17 anos e moram em bairros pobres das cidades.(TI 23)

A maioria (78,77%) dos adolescentes vítimas de homicídio em Fortaleza não tinha filhos; somente 17,8% tinham de um a três filhos.(TI 24)

Em relação à identidade sexual, quase a totalidade dos adolescentes assassinados era heterossexual (97,95%) – havia apenas um homossexual e uma travesti. (TI 25)

A maioria dos adolescentes assassinados em Fortaleza foi criada pela família biológica(...) (TI 26)

Segundos os relatos dos familiares entrevistados, 36,9% dos 146 adolescentes vítimas de homicídio em Fortaleza já tinham sido agredidos fisicamente em sua casa, com surras, tapas e murros.(TI 27)

Outros 36,3% foram castigados e 21,3% agredidos com objetos como cintos, chinelos, cordas, cigarros e madeiras.(TI 28)

Mais de 70% dos adolescentes assassinados em 2015, nas sete cidades cearenses, estavam fora da escola há pelo menos seis meses, segundo o levantamento feito com 224 famílias entrevistadas. (TI 29)

Em Caucaia, por exemplo, 87% dos adolescentes foram assassinados no bairro onde viviam.(TI 30)

De acordo com o levantamento, 36,98% das famílias entrevistadas em Fortaleza relataram que os adolescentes eram impedidos de frequentar algum espaço, rua ou território por causa de conflitos diversos, como os relacionados a tráfico de drogas (13,01%), rixas entre grupos rivais (26,71%) ou conflitos individuais (4,11%). (TI 31)

Mais de 50% dos adolescentes vítimas de homicídio havia sido ameaçados antes de ser mortos, apenas na capital. (TI 32)

Em Horizonte, todos os adolescentes vítimas de homicídios em 2015 foram mortos por arma de fogo. (TI 33)

Mais da metade dos familiares ouvidos (55,48%) revelou que as vítimas de assassinatos já havia sido anteriormente alvo de agressão policial, e para 30,82% dos entrevistados a polícia atua mesmo de forma intimidadora. (TI 34)

Nas orações que representavam os jovens assassinados por algumas características coletivo-comunitárias (vivências afetivas e sexuais, a convivência familiar e comunitária, a violência intrafamiliar etc.), estes atores sociais assumiram papel ativo e dinâmico; já nas orações que se referiam a violência, ao homicídio e aos maus tratos que sofriam da polícia, os jovens eram representados linguisticamente de forma apassivada. Além disso, quando representados por *Agregação*, mostra que a intenção do Comitê é apresentar os jovens vítimas de homicídio como produto de um cálculo da violência que, de acordo com van Leeuwen (2008), é uma forma muito comum utilizada para produzir uma opinião de consenso, no caso, apresentar de modo quantificado os números da violência sofrida por esses atores sociais.

A partir desses achados de intertextualidade e da representação dos atores sociais como sujeitos inclusos e considerando que, na visão de Fairclough (2001, p. 45), “os sujeitos sociais são formados por práticas discursivas, e são capazes de remodelarem e reestruturarem estas práticas”, entendemos que, com base em Moita Lopes (2002), as relações de poder via discurso não são fixas e podem ser (re)formuladas e contestadas socialmente. Sabemos ainda que a grande exposição da violência nos veículos midiáticos hegemônicos colabora para a legitimação de uma representação dos jovens de periferia e das suas famílias como sujeitos criminosos, o que incita prejulgamentos tendenciosos, e cultua o medo e a desconsideração aos direitos humanos.

Para contrapor tal visão equivocada, as vozes articuladas no livreto – o Comitê, as famílias dos jovens assassinados e os profissionais das áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública e Sistema de Justiça – representam os jovens assassinados de forma positiva e como um grupo submisso a uma estrutura de dominação. Isso indica que, ao representar os jovens assassinados dessa forma, tais vozes auxiliam na produção de um contradiscurso em relação ao que é vendido pela mídia hegemônica, que pode “contribuir para a produção, reprodução e transformação das relações de dominação” que mantêm os jovens de periferia como sujeitos criminalizados e submissos a uma ordem dominante (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87).

Sendo assim, as relações intertextuais e a representação dos jovens assassinados atores sociais do livreto *Trajetórias Interrompidas* contribuem para a construção linguístico-discursiva da representação

dos jovens assassinados na região de Fortaleza como sujeitos que tiveram trajetórias marcadas pelo trabalho, pela boa convivência com a comunidade, que possuíam individualmente boas qualidades e bom comportamento; e que, além disso, tiveram suas vidas marcadas pela violência/ abordagem truculenta da polícia e pela falta de assistência, representando-os como sujeitos submissos/passivos ao Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho objetivou revelar as representações linguístico-discursivas de jovens assassinados na periferia de Fortaleza, nossa motivação tem relação direta com a perspectiva de compreensão da realidade de Fortaleza que, como explicamos na Introdução, apresenta dados alarmantes de índice de assassinatos de jovens em situação de vulnerabilidade social. Diante disso, entendemos que o sujeito assassinado não deve ser visto somente pelo olhar discriminatório que tenta justificar a morte desses sujeitos com expressões como “morreu porque era envolvido”, pois esse pensamento naturaliza a violência e culpa apenas a vítima. Ao analisarmos os dados de maneira mais profunda, podemos perceber que a família, a comunidade social e todos que fizeram parte da vida e construção de um jovem assassinado não o descrevem de maneira fria e nem demonstram conformação com a sua morte, pelo contrário, eles tentam através do modo como constroem discursivamente a representação do jovem, apresentá-lo como alguém, um ser no mundo, não apenas como estatística.

Ao analisarmos os depoimentos trazidos nas histórias de vida dos jovens, percebemos a constante necessidade das pessoas ouvidas durante a pesquisa desenvolvida pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência apresentarem as vítimas pelo viés humanizado, como pessoas, com um nome, que tiveram infância, adolescência, embora muitas vezes cercada por privações devido ao lugar social que ocuparam numa sociedade capitalista e desigual, ressalta a urgência de ouvirmos os sujeitos com sensibilidade e respeito. Não é apenas mais um homicídio, é uma família devastada pelo luto, é toda uma comunidade traumatizada pela violência e o desvelamento de um sistema que nega ao cidadão o direito a dignidade, inclusive após a morte.

Percebemos com o nosso trabalho que o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, enquanto discurso contra hegemônico, buscou dar uma identidade a esses jovens assassinados, tirando-os da marginalidade ao descrevê-los não apenas pela voz hegemônica da mídia e das autoridades policiais, mas pelos olhos das pessoas que estiveram com eles até o momento em que foram assassinados. Esse discurso disputa com o senso comum ao demonstrar que os casos de violência na periferia de Fortaleza têm nome, lugar e contexto. Os nomes são jovens que tiveram a vida atravessada pelas dificuldades causadas pela desigualdade social; o lugar, como está revelado, é a periferia, onde há ausência do Estado e um enorme descaso intensificado pelo preconceito que se impõe sobre ela; por fim, o contexto é perpassado pelas condições sociais, familiares, financeiras pelas quais esses jovens são constituídos ao longo da sua formação.

Entendemos que “Cada Vida Importa”, mesmo a que foi tombada em alguma esquina, na porta de casa, mesmo as que não contribuem de maneira produtiva para o Capital, mesmo as que só encontram saída na violência que está posta nos lugares de onde vem e acreditamos que a nossa pesquisa desperta a necessidade de ouvirmos as vozes que gritam por dignidade e visibilidade. Há muito que fazer nesse caminho para não vermos a violência apenas como um dado a ser analisado, mas como um projeto fruto de um sistema excludente que precisa ser combatido.

REFERÊNCIAS

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COMITÊ Cearenses pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. **Trajetória Interrompidas**. Disponível em: <<http://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/trajetorias-interrompidas-1/>>. Acesso em: 04 abril 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

OBSERVATÓRIO do Direito à Comunicação. **Pesquisa Mostra que Programas Policiais Violam Direitos Humanos**, 2011. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=26386>>. Acesso em: 21 abril 2019.

HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London: Arnold, 2014.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SILVA JÚNIOR, A. S. As mulheres transexuais no contexto do ENEM: um enfoque a partir da Gramática Sistêmico-Funcional e da Teoria de Representação dos Atores Sociais. **Revista MEMENTO**. Departamento de Letras – UNINCOR. v. 10, n. 1. ISSN 1807-9717. jan.-jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/5411>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and Practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.